



Número: **0800638-07.2020.8.15.0551**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Remígio**

Última distribuição : **08/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 15.000,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JAEISON SIRINO DE OLIVEIRA (AUTOR)		EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO (ADVOGADO) TATIANE DE ARAUJO SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34067 471	08/09/2020 16:49	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
34067 483	08/09/2020 16:49	<a href="#">AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) JAEISON SIRINO</a>	Documento de Comprovação
34069 150	08/09/2020 16:49	<a href="#">BOLETIM DE OCORRENCIA</a>	Documento de Comprovação
34069 153	08/09/2020 16:49	<a href="#">DECLARAÇÃO DO SAMÚ</a>	Documento de Comprovação
34069 156	08/09/2020 16:49	<a href="#">DOCUMENTO DO VEICULO</a>	Documento de Comprovação
34069 158	08/09/2020 16:49	<a href="#">Processo Administrativo - JAEISON - DPVAT (1)</a>	Documento de Comprovação
34069 159	08/09/2020 16:49	<a href="#">PRONTUÁRIO MÉDICO</a>	Documento de Comprovação
34069 162	08/09/2020 16:49	<a href="#">PROTOCOLO</a>	Documento de Comprovação
34068 798	08/09/2020 16:49	<a href="#">RG CPF</a>	Documento de Identificação
34068 796	08/09/2020 16:49	<a href="#">DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
34068 787	08/09/2020 16:49	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
34101 809	14/09/2020 15:45	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA  
JUIZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO –  
ESTADO DA PARAÍBA.**

**JAELSON SIRINO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 3.940.083 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.858.644-19, residente e domiciliado na Rua Joaquim Vitorio, nº 169, Remígio/PB, CEP: 58.398-000 fone (83) 996565578, por conduto de seus advogados habilitados nos termos do instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional a Rua Conego Rui Vieira, nº 371, Centro, Remígio-PB, vem a presença de Vossa Excelência, propor a presente

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço para receber citação e intimação na R DA



## I – DA JUSTIÇA GRATUITA

### **PRELIMINARMENTE- DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**

Atualmente o promovente, o que ele percebe mensalmente, mal dá para o seu sustento e de sua família, sem condições financeiras para custear as despesas processuais, sem prejuízo do seu sustento e de seus familiares.

Arrimado no que preceitua o art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, vem à suplicante à presença de Vossa Excelência, REQUERER ao Douto Juiz desta vara, que lhe conceda os BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.

Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. A alegação presume-se verdadeira, admitindo-se, contudo, que cesse por prova em contrário produzida pela parte adversa ou em razão de investigação feita de ofício pelo juiz.

Consubstanciado ainda, no que preleciona o art. 99, do mencionado Código, que seja nomeado como seu advogado o Bacharel que esta subscreve, por ser de sua confiança e interesse no patrocínio da causa, transcrita “in verbis”:

**“Art. 99 CPC - O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso”.**

A Assistência Judiciária INTEGRAL e GRATUITA também é uma Garantia Constitucional consagrada e assegurada no art. 5º. LXXIV da Constituição Federal do Brasil, ao cidadão que comprovar insuficiência de recursos, como segue:

Art. 5º - (...).

I – (...);

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; (Grifo nosso).



O Requerente não possui nenhuma possibilidade em arcar com as despesas processuais, sejam elas, custas, taxas, emolumentos e honorários periciais, uma vez que seu salário não comporta dispor de tais despesas.

Dessa forma, temos que prevalecerá na concessão ou não do Benefício da Justiça Gratuita a situação de NECESSIDADE ou a insuficiência de recursos do Requerente, devidamente comprovada nos autos.

Art. 5º - (...).

I - (...);

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (grifo nosso).

Assim sendo, diante da miserabilidade jurídica em que se depara o Requerente, e, portanto, não tem condições de arcar com as custas processuais e demais despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, vem, respeitosamente, requerer a Vossa Excelência que se digne em conceder os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do novo Código de Processo Civil e em homenagem aos Princípios do Acesso à Justiça e da Assistência Jurídica Integral, consubstanciados nos incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da Carta Política de 1988.

## **II - DA OPÇÃO DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.**

Inicialmente temos que, na conciliação, a um terceiro imparcial é imposta a missão de tentar aproximar os interesses de ambas as partes, orientando-as na formação de um acordo. O conciliador é um facilitador do acordo entre os envolvidos e para isso deve tentar criar um ambiente propício ao entendimento mútuo com a aproximação dos interesses.

Em geral, na conciliação há concessões recíprocas com vistas a resolver antecipadamente o conflito com um acordo razoável para ambas as partes e o conciliador participam da formação da comunhão de vontades.

Já a mediação é um processo que oferece aqueles que estão vivenciando um conflito, geralmente decorrente de alguma relação continuada, a oportunidade e o ambiente adequados para encontrar, juntos, uma solução para aquele problema. Dessa forma



o mediador, diferente do conciliador, além de imparcial é **neutro**.

É dizer: o mediador não pode sugerir soluções para o conflito, mas deve deixar que as partes proponham, negociem e cheguem a esta solução sem sua intervenção direta. O mediador é um moderador que deve se limitar a garantir as condições para o diálogo entre as partes.

Diante do alegado e em atendendo ao disposto no artigo 319, inciso VII do Novo Código de Processo Civil, o Requerente **informa que possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação.**

Inicialmente o Promovente vem requerer os benefícios da Justiça Gratuita, presentes no art. 2º, parágrafo único da Lei 1.050/60, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato não poder arcar com as custas e emolumentos judiciais sem prejudicar o sustento próprio ou da família.

## **II – DOS FATOS**

O Promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 15 de Novembro de 2016, quando trafegava de carona sentido da cidade de Areia a cidade de Remígio – PB 079, quando o motorista perdeu o controle do carro, e capotou o mesmo, vindo assim o promovente a sofrer uma pancada na cabeça, outro no braço além de escoriações pelo corpo sendo o mais sério o TRUMATISMO INTRACRANIANO, COM PERDA DE MASSA ENCEFALICA, sendo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, na cidade de Campina Grande, onde permaneceu internado por vários dias.

Outrossim o automóvel que o promovente trafegava era uma caminhonete aberta MCC/L200 OUTDOOR, ano modelo 2011/2011, de cor preta, placa OFF2809/PB, CHASSI 93XPNK740BCB76158, CODIGO RENAVAL 00384224741, tendo como proprietário ANTONIO ABIMAR BURITI JUNIOR, SENDO IMPORTANTÍSSIMO ressaltar que o promovente ficou com sequelas em virtude do acidente ocorrido, conforme Laudo médico, constatou-se que o promovente sofre dores intensas de cabeça, com lapso de memória,

desenvolvimento mental reduzido, sendo esta lesão intensa e irreversível, conforme laudo em anexo.

**Resultante em uma debilidade de caráter permanente em 100%, tornando dependente de acompanhamento constante de familiares, deficiência constatada por pelos laudos médicos, conforme documentação em anexo, tendo sido submetido a procedimento cirúrgico na área afetada, e ficou com uma falha óssea craniana permanente devido a lesão sofrida. Ainda, conforme laudos em anexo.**



Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico e não apresentando melhora na área afetada até a presente data, vem requerer de direito a indenização referente ao seguro DPVAT.

## III – DO DIREITO

### 3.1 – PRELIMINARMENTE – DA DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA

A Lei nº 6.194/74 que regula o instituto em análise, não estabelece em seu conteúdo normativo a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o recebimento do seguro, assim como **não** exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte dos Consórcios do Seguro DPVAT, para tal fim.

É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, tais como: **O princípio da Legalidade e o da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional.**

O princípio da Legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da Carta Magna. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao Estado Democrático de Direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

Já o princípio da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao Poder Judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstaculizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito, sob pena de flagrante inconstitucional.

Neste sentido, o doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias

administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabelecera, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral. Comentários aos arts. 1º à 5º da Constituição da República Federativa do**



**Brasil. Doutrina e Jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1998, pág. 199).**

Desta forma, fica evidente que a exigência de prévio esgotamento da via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional, indo à contrapartida dos princípios basilares presentes no Ordenamento Jurídico pátrio.

Claro também é o entendimento dos nossos Tribunais, sobre a questão, inclusive do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

**Apelação Cível. Seguros. DPVAT. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS. Apelação Cível Sexta Câmara Cível Nº 70032813339 Comarca de Porto Alegre APELANTE: LEANDRO LUÍS CARDOSO TURCATO APELADO: CENTAURO SEGURADORA S.A.**

Decisão monocrática. Apelação cível. Seguros. DPVAT. A **inexistência de pedido administrativo não é óbice ao ajuizamento de ação de cobrança relativa ao seguro DPVAT.** Sentença desconstituída. Inteligência do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Apelo provido. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos. Estou em dar provimento ao apelo para desconstituir a sentença. Com efeito, a inexistência de pedido administrativo não é óbice ao ajuizamento de ação de cobrança relativa ao seguro DPVAT. **É totalmente desnecessário o esgotamento da via administrativa, ou até mesmo a dedução do pedido nessa esfera, como pressuposto ao ingresso de demanda judicial, ao contrário do exposto pelo julgador de primeiro grau.** Caso o ajuizamento da presente demanda estivesse condicionado ao pedido administrativo, ocorreria flagrante afronta à garantia constitucional, assegurada pelo art. **5º, XXXV, da Constituição Federal.**

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou**

evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições**

**da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional.** Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).



**Ação de indenização. Seguro obrigatório DPVAT. Pedido administrativo. Desnecessidade. Nexos de causalidade. Demonstração.** É desnecessário preceder a via administrativa para postular a cobrança do seguro obrigatório na esfera judicial, porquanto o ordenamento constitucional exige apenas a lesão ou ameaça a direito. Presente, portanto, o interesse de agir. Havendo a demonstração por meio de documentos oficiais, da morte da vítima em razão de acidente de trânsito, demonstrado está o nexo de causalidade, sendo devido o pagamento da indenização. (Apelação Cível nº 100.001.2007.016554-7, 1ª Câmara Cível, TJ-RO, Relator: Juiz Guilherme Ribeiro Baldan. Julgado em 05/08/2008)

Apelação Cível. Direito Civil. Ação Indenizatória. Acidente de Trânsito. Seguro Obrigatório (DPVAT). julgamento do feito sem resolução do mérito. **Legitimidade passiva *ad causam* da seguradora reconhecida. Desnecessidade de prévio processo administrativo. consórcio obrigatório entre as seguradoras que operam no seguro do art. 7º da lei nº 6.194/74. presença de condição da ação – interesse da agir.** impossibilidade de julgamento do mérito. necessidade de produção de provas. retorno dos autos à primeira instância. recurso conhecido e provido em parte. (apelação cível nº 2009.002013-3, 1ª câmara cível, tj-rn, relator: des. vivaldo pinheiro, julgado em 05/05/09)

Nessa esteira, fica claro a desnecessidade de esgotamento da via administrativa para se pleitear a Ação de Cobrança do seguro DPVAT, podendo a parte mesmo não se esgotando a via administrativa ingressar direto junto ao Poder Judiciário.

**Outrossim foi dada entrada na via administrativa conforme protocolo em anexo e consulta de processo administrativo em anexo.**

### **3.2 – DA LEGITIMIDADE ATIVA “AD CAUSAM”**

O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

A redação atual do §3º do artigo 4º da Lei nº 6.194/74, após modificação provocada pela Lei nº 11.482/2007 que regula o seguro obrigatório aduz que:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.





§3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente a vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

No caso em análise, é direito do Promovente, vítima do acidente, receber uma indenização por danos pessoais ante ao seu grave estado de saúde, ou melhor, devido aos danos que lhe foram causados pelo acidente sofrido.

### **3.3 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM”**

O art. 7º da Lei nº 6.194/74, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

Nesse sentido também dispõe a Resolução do CNSP nº 154/2006:

#### **Art. 5º (...)**

§6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas.

§7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

O Art. 5º da Lei 6.194/74 relata que o pagamento da indenização referente ao seguro obrigatório será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

**Art. 5º** - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

**Art. 7º-** A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um

consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas, diferentemente do que exige a demandada em suas respostas administrativas. Isto posto, é forçoso concluir que independe do pagamento do prêmio do seguro obrigatório

A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

**“STJ. Súmula 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

Sendo assim, é incontroversa a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

De tal forma que seguem **anexos** à presente ação todos os comprovantes das despesas do tratamento médico realizado na vítima, laudos médicos afirmando inequivocamente a invalidez permanente, além do registro policial do acidente de trânsito que ocasionou danos pessoais ao Promovente.

### 3.5 – DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO

A vigente redação da Lei nº 6.194/74 resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (...)



I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) (grifo nosso)**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009).

**I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).**

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

Diante do exposto, requer que a parte Promovida seja condenada por Vossa Excelência, a pagar uma indenização ao promovente no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devido a lesão ter deixado sequelas no Promovente de forma permanente, conforme toda a documentação acostada nos autos, de acordo com o Art. 3º, II, da Lei 6.194/74.

### **3.6 – DAS DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES**



O Promovente efetuou gastos com a compra de remédios, com viagens, consultas, tomografia computadorizada, que não foram fornecidos pelos SUS. Conforme comprovantes em anexos, para que a Promovida faça o reembolso previsto no art. 3º, III da Lei 6.194/784

Sendo assim, o Promovente faz jus ao reembolso ora mencionado.

Portanto, requer que seja o reembolsado na quantia de **R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**, referente aos serviços médicos a acima descritos.

### **3.7 – DA PERÍCIA**

Diante da situação fática, se o Douto Julgador entender a necessidade de prova pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (a) perito (a):

**a) Quais as lesões sofridas pelo Promovente?**

**b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?**

**c) Essas lesões tornaram algum membro ou função deficiente? Totalmente ou em parte? Em que percentual?**

**d) Das lesões resulta incapacidade para o trabalho? A incapacidade é temporária ou permanente?**

**e) Das lesões resultam redução da capacidade laboral?**

**f) A incapacidade se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetado ou é incompleta?**

**g) No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacidade laborativa é intensa, média, leve?**

### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do que foi exposto, requer o Promovente, que Vossa Excelência se digne em:

**a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesma o rito sumaríssimo, conforme disposição expressa do art. 10 da Lei nº 6.194/74;**



b) Determinar a citação da Promovida no endereço acima declinado, para que a mesma compareça à Audiência de Conciliação, produzindo a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato;

c) Condenar a Ré ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação;

d) Que Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Promovente, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: **“a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”**.

e) Julgar a Demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Promovida a pagar ao Promovente uma indenização no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mais R\$ 1.500,00 (mais um mil e quinhentos reais) referente as despesas com assistência médica e hospitalar, totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros de mora e correção monetária, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, desde a época do evento danoso.**

Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos, oitivas de testemunhas e perícia, se entender necessário.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, meramente para efeitos fiscais.

Nesses termos,

pede e espera deferimento.

Remígio-PB, 06 de Setembro de 2020.

**EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO**

**TATIANE DE ARAÚJO SILVA LIMA**

*OAB N° 17.980 – PB.*

*OAB-PB N° 26.259*







**DR. EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO**  
OAB N° 17.980 – PB



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO – ESTADO DA PARAÍBA.**

**JAELSON SIRINO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 3.940.083 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.858.644-19, residente e domiciliado na Rua Joaquim Vitorio, nº 169, Remígio/PB, CEP: 58.398-000 fone (83) 996565578, por conduto de seus advogados habilitados nos termos do instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional a Rua Conego Rui Vieira, nº 371, Centro, Remígio-PB, vem a presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) NOS TERMOS  
DA LEI Nº 6.194, ALTERADA PELAS LEIS Nº 11.482/07 E Nº 11.945/2009**

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço para receber citação e intimação na R DA ASSEMBLEIA, Nº 100 – 26º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, cep: 20011-904, ENDEREÇO ELETRÔNICO: [PRESIDENCIA@SEGURADORALIDER.COM.BR](mailto:PRESIDENCIA@SEGURADORALIDER.COM.BR), TELEFONE (21) 3861-4600, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

**I – DA JUSTIÇA GRATUITA**

**PRELIMINARMENTE- DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO  
DA JUSTIÇA GRATUITA**

Atualmente o promovente, o que ele percebe mensalmente, mal dá para o seu sustento e de sua família, sem condições financeiras para custear as despesas processuais, sem prejuízo do seu sustento e de seus familiares.

Arrimado no que preceitua o art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, vem à suplicante à presença de Vossa Excelência, REQUERER ao Douto Juiz desta vara, que lhe

Página 1

Escritório 01: Rua Conego Rui Vieira, 371, Térreo, Centro, Remígio – PB.  
Telefax: (83) 9623-2960





**DR. EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO**  
OAB N° 17.980 – PB



---

conceda os BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.

---

Página 2

Escritório 01: Rua Conego Rui Vieira, 371, Térreo, Centro, Remígio – PB.  
Telefax: (83) 9623-2960



Assinado eletronicamente por: TATIANE DE ARAUJO SILVA - 08/09/2020 16:46:24  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090816462219500000032587073>  
Número do documento: 20090816462219500000032587073

Num. 34067483 - Pág. 2





Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. A alegação presume-se verdadeira, admitindo-se, contudo, que cesse por prova em contrário produzida pela parte adversa ou em razão de investigação feita de ofício pelo juiz.

Consubstanciado ainda, no que preleciona o art. 99, do mencionado Código, que seja nomeado como seu advogado o Bacharel que esta subscreve, por ser de sua confiança e interesse no patrocínio da causa, transcrita “in verbis”:

**“Art. 99 CPC - O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso”.**

A Assistência Judiciária INTEGRAL e GRATUITA também é uma Garantia Constitucional consagrada e assegurada no art. 5º. LXXIV da Constituição Federal do Brasil, ao cidadão que comprovar insuficiência de recursos, como segue:

Art. 5º - (...).

I - (...);

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; (Grifo nosso).

O Requerente não possui nenhuma possibilidade em arcar com as despesas processuais, sejam elas, custas, taxas, emolumentos e honorários periciais, uma vez que seu salário não comporta dispor de tais despesas.

Dessa forma, temos que prevalecerá na concessão ou não do Benefício da Justiça Gratuita a situação de NECESSIDADE ou a insuficiência de recursos do Requerente, devidamente comprovada nos autos.

Art. 5º - (...).

I - (...);

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (grifo nosso).

Assim sendo, diante da miserabilidade jurídica em que se depara o Requerente, e, portanto, não tem condições de arcar com as custas processuais e demais despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, vem, respeitosamente, requerer a Vossa Excelência que se digne em conceder os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do novo Código de Processo Civil e em homenagem aos Princípios do Acesso à Justiça e da Assistência Jurídica Integral, consubstanciados nos incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da Carta Política de 1988.

## **II - DA OPÇÃO DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.**





Inicialmente temos que, na conciliação, a um terceiro imparcial é imposta a missão de tentar aproximar os interesses de ambas as partes, orientando-as na formação de um acordo. O conciliador é um facilitador do acordo entre os envolvidos e para isso deve tentar criar um ambiente propício ao entendimento mútuo com a aproximação dos interesses.

Em geral, na conciliação há concessões recíprocas com vistas a resolver antecipadamente o conflito com um acordo razoável para ambas as partes e o conciliador participam da formação da comunhão de vontades.

Já a mediação é um processo que oferece aqueles que estão vivenciando um conflito, geralmente decorrente de alguma relação continuada, a oportunidade e o ambiente adequados para encontrar, juntos, uma solução para aquele problema. Dessa forma o mediador, diferente do conciliador, além de imparcial é **neutro**.

É dizer: o mediador não pode sugerir soluções para o conflito, mas deve deixar que as partes proponham, negociem e cheguem a esta solução sem sua intervenção direta. O mediador é um moderador que deve se limitar a garantir as condições para o diálogo entre as partes.

Diante do alegado e em atendendo ao disposto no artigo 319, inciso VII do Novo Código de Processo Civil, o Requerente **informa que possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação**.

Inicialmente o Promovente vem requerer os benefícios da Justiça Gratuita, presentes no art. 2º, parágrafo único da Lei 1.050/60, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato não poder arcar com as custas e emolumentos judiciais sem prejudicar o sustento próprio ou da família.

## **II – DOS FATOS**

O Promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 15 de Novembro de 2016, quando trafegava de carona sentido da cidade de Areia a cidade de Remígio – PB 079, quando o motorista perdeu o controle do carro, e capotou o mesmo, vindo assim o promovente a sofrer uma pancada na cabeça, outro no braço além de escoriações pelo corpo sendo o mais sério o TRUMATISMO INTRACRANIANO, COM PERDA DE MASSA ENCEFALICA, sendo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, na cidade de Campina Grande, onde permaneceu internado por vários dias.

Outrossim o automóvel que o promovente trafegava era uma caminhonete aberta MCC/L200 OUTDOOR, ano modelo 2011/2011, de cor preta, placa OFF2809/PB, CHASSI 93XPNK740BCB76158, CODIGO RENAVAN 00384224741, tendo como proprietário ANTONIO ABIMAR BURITI JUNIOR, SENDO IMPORTANTÍSSIMO ressaltar que o promovente ficou com sequelas em virtude do acidente ocorrido, conforme Laudo médico, constatou-se que o promovente sofre dores intensas de cabeça, com lapso de memória,





desenvolvimento mental reduzido, sendo esta lesão intensa e irreversível, conforme laudo em anexo.

**Resultante em uma debilidade de caráter permanente em 100%, tornando dependente de acompanhamento constante de familiares, deficiência constatada por pelos laudos médicos, conforme documentação em anexo, tendo sido submetido a procedimento cirúrgico na área afetada, e ficou com uma falha óssea craniana permanente devido a lesão sofrida. Ainda, conforme laudos em anexo.**

Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico e não apresentando melhora na área afetada até a presente data, vem requerer de direito a indenização referente ao seguro DPVAT.

### **III – DO DIREITO**

#### **3.1 – PRELIMINARMENTE – DA DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA**

A Lei nº 6.194/74 que regula o instituto em análise, não estabelece em seu conteúdo normativo a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o percebimento do seguro, assim como **não** exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte dos Consórcios do Seguro DPVAT, para tal fim.

É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, tais como: **O princípio da Legalidade e o da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional.**

O princípio da Legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da Carta Magna. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao Estado Democrático de Direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

Já o princípio da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao Poder Judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstaculizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito, sob pena de flagrante inconstitucional.

Neste sentido, o doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexistência de exaurimento das vias





administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceria, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral. Comentários aos arts. 1º à 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Doutrina e Jurisprudência.** 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1998, pág. 199).

Desta forma, fica evidente que a exigência de prévio esgotamento da via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional, indo à contrapartida dos princípios basilares presentes no Ordenamento Jurídico pátrio.

Claro também é o entendimento dos nossos Tribunais, sobre a questão, inclusive do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

**Apelação Cível. Seguros. DPVAT. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS.** Apelação Cível Sexta Câmara Cível Nº 70032813339 Comarca de Porto Alegre APELANTE: LEANDRO LUÍS CARDOSO TURCATO APELADO: CENTAURO SEGURADORA S.A. Decisão monocrática. Apelação cível. Seguros. DPVAT. A **inexistência de pedido administrativo não é óbice ao ajuizamento de ação de cobrança relativa ao seguro DPVAT.** Sentença desconstituída. Inteligência do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Apelo provido. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos. Estou em dar provimento ao apelo para desconstituir a sentença. Com efeito, a inexistência de pedido administrativo não é óbice ao ajuizamento de ação de cobrança relativa ao seguro DPVAT. **É totalmente desnecessário o esgotamento da via administrativa, ou até mesmo a dedução do pedido nessa esfera, como pressuposto ao ingresso de demanda judicial, ao contrário do exposto pelo julgador de primeiro grau.** Caso o ajuizamento da presente demanda estivesse condicionado ao pedido administrativo, ocorreria flagrante afronta à garantia constitucional, assegurada pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.** 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições**





da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

**Ação de indenização. Seguro obrigatório DPVAT. Pedido administrativo. Desnecessidade. Nexos de causalidade. Demonstração.** É desnecessário preceder a via administrativa para postular a cobrança do seguro obrigatório na esfera judicial, porquanto o ordenamento constitucional exige apenas a lesão ou ameaça a direito. Presente, portanto, o interesse de agir. Havendo a demonstração por meio de documentos oficiais, da morte da vítima em razão de acidente de trânsito, demonstrado está o nexo de causalidade, sendo devido o pagamento da indenização. (Apelação Cível nº 100.001.2007.016554-7, 1ª Câmara Cível, TJ-RO, Relator: Juiz Guilherme Ribeiro Baldan. Julgado em 05/08/2008)

Apelação Cível. Direito Civil. Ação Indenizatória. Acidente de Trânsito. Seguro Obrigatório (DPVAT). julgamento do feito sem resolução do mérito. **Legitimidade passiva *ad causam* da seguradora reconhecida. Desnecessidade de prévio processo administrativo. consórcio obrigatório entre as seguradoras que operam no seguro do art. 7º da lei nº 6.194/74. presença de condição da ação – interesse da agir.** impossibilidade de julgamento do mérito. necessidade de produção de provas. retorno dos autos à primeira instância. recurso conhecido e provido em parte. (apelação cível nº 2009.002013-3, 1ª câmara cível, tj-rn, relator: des. vivaldo pinheiro, julgado em 05/05/09)

Nessa esteira, fica claro a desnecessidade de esgotamento da via administrativa para se pleitear a Ação de Cobrança do seguro DPVAT, podendo a parte mesmo não se esgotando a via administrativa ingressar direto junto ao Poder Judiciário.

**Outrossim foi dado entrada na via administrativa conforme protocolo em anexo e consulta de processo administrativo em anexo.**

### **3.2 – DA LEGITIMIDADE ATIVA “AD CAUSAM”**

O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

A redação atual do §3º do artigo 4º da Lei nº 6.194/74, após modificação provocada pela Lei nº 11.482/2007 que regula o seguro obrigatório aduz que:





Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

§3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente a vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

No caso em análise, é direito do Promovente, vítima do acidente, receber uma indenização por danos pessoais ante ao seu grave estado de saúde, ou melhor, devido aos danos que lhe foram causados pelo acidente sofrido.

### **3.3 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM”**

O art. 7º da Lei nº 6.194/74, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

Nesse sentido também dispõe a Resolução do CNSP nº 154/2006:

#### **Art. 5º (...)**

§6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas.

§7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

O Art. 5º da Lei 6.194/74 relata que o pagamento da indenização referente ao seguro obrigatório será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

**Art. 5º** - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

**Art. 7º**- A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um







consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas, diferentemente do que exige a demandada em suas respostas administrativas. Isto posto, é forçoso concluir que independe do pagamento do prêmio do seguro obrigatório

A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

**“STJ. Súmula 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

Sendo assim, é incontroversa a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

De tal forma que seguem **anexos** à presente ação todos os comprovantes das despesas do tratamento médico realizado na vítima, laudos médicos afirmando inequivocamente a invalidez permanente, além do registro policial do acidente de trânsito que ocasionou danos pessoais ao Promovente.

### **3.5 – DO QUANTUM INDENIZATÓRIO**

A vigente redação da Lei n° 6.194/74 resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias n° 340/2006 (convalidada pela Lei n° 11.482/2007) e n° 451/2008 (Lei n° 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei n° 11.945, de 2009). (...)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei n° 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei n° 11.482, de 2007) (grifo nosso)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei n° 11.482, de 2007)





§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009).

**I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).**

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).

Diante do exposto, requer que a parte Promovida seja condenada por Vossa Excelência, a pagar uma indenização ao promovente no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devido a lesão ter deixado sequelas no Promovente de forma permanente, conforme toda a documentação acostada nos autos, de acordo com o Art. 3º, II, da Lei 6.194/74.

### **3.6 – DAS DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES**

O Promovente efetuou gastos com a compra de remédios, com viagens, consultas, tomografia computadorizada, que não foram fornecidos pelos SUS. Conforme comprovantes em anexos, para que a Promovida faça o reembolso previsto no art. 3º, III da Lei 6.194/784

Sendo assim, o Promovente faz jus ao reembolso ora mencionado.

Portanto, requer que seja o reembolsado na quantia de **R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**, referente aos serviços médicos a acima descritos.

### **3.7 – DA PERÍCIA**

Diante da situação fática, se o Douto Julgador entender a necessidade de prova pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (a) perito (a):







- a) Quais as lesões sofridas pelo Promovente?
- b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?
- c) Essas lesões tornaram algum membro ou função deficiente? Totalmente ou em parte? Em que percentual?
- d) Das lesões resulta incapacidade para o trabalho? A incapacidade é temporária ou permanente?
- e) Das lesões resultam redução da capacidade laboral?
- f) A incapacidade se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetado ou é incompleta?
- g) No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacidade laborativa é intensa, média, leve?

## **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do que foi exposto, requer o Promovente, que Vossa Excelência se digne em:

- a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesma o rito sumaríssimo, conforme disposição expressa do art. 10 da Lei nº 6.194/74;
- b) Determinar a citação da Promovida no endereço acima declinado, para que a mesma compareça à Audiência de Conciliação, produzindo a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato;
- c) Condenar a Ré ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação;
- d) Que Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Promovente, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”.
- e) Julgar a Demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Promovida a pagar ao Promovente uma indenização no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mais R\$ 1.500,00 (mais um mil e quinhentos reais) referente as despesas com assistência médica e hospitalar, totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros de mora e correção monetária, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, desde a época do evento danoso.**

Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos, oitivas de testemunhas e perícia, se entender necessário.





**DR. EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO**  
OAB N° 17.980 – PB



Dá-se à causa o valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**,  
meramente para efeitos fiscais.

Nesses termos,  
pede e espera deferimento.

Remígio-PB, 06 de Setembro de 2020.

**EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO**  
OAB N° 17.980 – PB.

**TATIANE DE ARAÚJO SILVA LIMA**  
OAB-PB N° 26.259





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO E DA SEGURANÇA SOCIAL  
12ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE AREIA  
RUA AURÉLIO DE FIGUEIREDO, 1030 - JUSSARA - AREIA/PB - 583970-00

OCORRÊNCIA Nº.: 109/2017


**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrência Policial deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº. 109 registrada em 10/03/2017, que a passo a transcrever na íntegra: Aos 10/03/2017, nesta cidade de Areia, Estado da Paraíba, no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE AREIA-PB, quando encontrava-se presente o(a) Bel(a) SYMONE ROSEMBERG LACET, Delegado(a) de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 09:59:17 horas, compareceu o Sr(a) JAELOSON SIRINO DE OLIVEIRA, nascido(a) em 03/05/1995, filho(a) de JOSENILDO ALVES DE OLIVEIRA e ADRIANA SIRINO DE OLIVEIRA, nacionalidade BRASILEIRO(A), natural de REMÍGIO, SOLTEIRO(A), escolaridade MÉDIO COMPLETO, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade nº. 3.940.083, expedido pela SSP-PB, com CPF 109.858.644-19, residente a(ao) RUA JOAQUIM VITÓRIO TORRES Nº169, CENTRO, na cidade de REMÍGIO-PB, telefone 83996060454.

**Declarou que:**

*Que na data do dia 15 de novembro de 2016 vinha trafegando em um automóvel, na poltrona do "carona", sentido cidade de Areia a cidade de Remígio pela PB 079, quando o motorista perdeu o controle do carro e capotou o mesmo; Que no acidente o declarante sofreu uma pancada na cabeça, outra no braço além de escoriações pelo corpo; Que o declarante foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital de Trauma de Campina Grande; Que o automóvel que o declarante vinha era uma Caminhonete aberta MMC/L200 OUTDOOR, ano/modelo: 2011/2011, de cor preta, PLACA: OFF 2809/PB, CHASSI: 93XPNK740BCB76158, CODIGO RENAVAM: 00384224741, tendo como proprietário ANTÔNIO ABIMAR BURITI JUNIOR; Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de ter lido e achado conforme, expresse a presente Certidão. O referido é verdade e dou fé.*

**AREIA/PB, 10 de março de 2017**

  
JAELOSON SIRINO DE OLIVEIRA  
Declarante

  
CLÊNIO DA SILVA SANTOS- AD HOC  
Escrivão





## Serviço de Atendimento Móvel de Urgência- SAMU

REMIGIO, PB.  
16 de fevereiro de 2017

### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o SAMU 192 Regional – Remigio - PB, Prestou atendimento pré-hospitalar ao paciente Jaelson Sirino de Oliveira, com ID: 1411254; vítima de acidente de trânsito, no dia 15 de novembro de 2016, aproximadamente às 13h00minh, sendo encaminhado para o Hospital de Trauma Campina Grande-pb.

  
ISAAC EMANOEL DIAS FERREIRA  
Coordenador do SAMU  
CPF: 082683904-50  
Coren- PB: 267661



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES		SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS POR TERCEIROS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAU - SEGURO DPVAT	
<b>DETRAN - PB</b> <b>CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO</b> Nº 012710950814 VIA: 1 COD. RENAVAM: 00384224741 R.N.E.C.: 2016 NOME: <b>ANTONIO ABIMAR BURITI JUNIOR</b> CPF/CNPJ: 03550428430 PLACA: OFF2809 PLACA ANT. UF: NOVO/PB CHASSI: 93XPNK740BCB76158 ESPECIE/TIPO: ESP/CAMINHONETE/ABER/CC.D COMBUSTIVEL: DIESEL MARCA / MODELO: MMC/L200 OUTDOOR ANO FAB: 2011 ANO MOD: 2011 CAP / POT / CIL: 05E/1.08T/141CV CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: PRETA COTA UNICA: 1º ***** <b>IPVA PAGO EM 28/07/2016</b> 2º ***** FAIXA I PVA: 3º ***** PARCELAMENTO / COTAS: PRÊMIO TARIFARIO (R\$): ICF (R\$): PRÊMIO TOTAL (R\$): DATA DE PAGAMENTO: 28/07/2016 OBSERVAÇÕES: <b>SEM RESERVA DE DOMINIO</b> <b>EXCLUSÃO DE DANOS POR TERCEIROS</b> <b>2 EIXOS</b> LOCAL: CAMPINA GRANDE-PB DATA: 08/08/2016 4066515 <i>[Assinatura]</i> 204381 Agente de Vendas da Rota Coord. Super. de Vendas - CEL-NAV-1		<b>PB Nº 012710950814 BILHETE DE SEGURO DPVAT</b> <b>ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT</b> <b>PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO</b> <b>AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA</b> <b>www.dpvatsegurodotransito.com.br</b> <b>SAC DPVAT 0800 022 1204</b> EXERCÍCIO: 2016 DATA EMISSÃO: 08/08/2016 VIA: 1 CPF/CNPJ: 03550428430 PLACA: OFF2809 RENAVAM: 00384224741 MARCA / MODELO: MMC/L200 OUTDOOR ANO FAB: 2011 DC 1995: 10 SP CHASSI: 93XPNK740BCB76158 <b>PRÊMIO TARIFARIO</b> FNS (R\$): DETRAN (R\$): CUSTO DO SEGURO (R\$): CUSTO DO BILHETE (R\$): ICF (R\$): SOLA E INCL. DE SEGURO (R\$): PAGAMENTO: <input checked="" type="checkbox"/> COTA UNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO DATA DE QUOTACÃO: <b>SEGURADORA LÍDER - DPVAT</b> CNPJ 09.348.808/0001-04 www.seguradoralider.com.br	



Assinado eletronicamente por: TATIANE DE ARAUJO SILVA - 08/09/2020 16:46:36

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090816463402700000032588840

Número do documento: 20090816463402700000032588840





Seguradora Líder - DPVAT

## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, JAELSON SIRINO DE OLIVEIRA

PORTADOR(A) DO RG Nº 3940.083 EXPEDIDO POR SS DS EM 03 / 02 / 2011 E

CPF 109858644-19 / CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO AGRICULTOR

E RENDA MENSAL DE R\$ 937 ( \*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA JAELSON SIRINO DE OLIVEIRA, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- **Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.**

**IMPORTANTE:** Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 1668 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 00023522-2

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO \_\_\_\_\_ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ Nº da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO. DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
LOCAL E DATA

Jaelson Sirino de Oliveira  
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

### ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente** (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.**
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

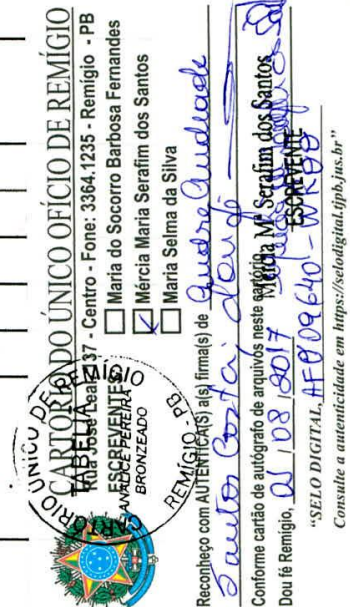


## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Antonio ABIMAR BURITI JUNIOR,  
 RG nº 2551705, data de expedição 15/07/2016,  
 Órgão SSP-PB, portador do CPF nº 035504284-30,  
 com Domicílio na cidade de Remigio, no Estado  
 de PB, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) R. Teófilo Dias,  
 nº 65, complemento, CASA, declaro, sob as  
 penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na  
 data do acidente ocorrido com a vítima  
JARLSON SIRINO DE OLIVEIRA, cujo o condutor  
 era André Amador de S. B. R.

Veículo.....: CAMINHONETE / ASER / CC-D  
 Ano.....: 2011/2011  
 Modelo.....: MMC / 4200 OUTDOOR / DIESEL / PRETA  
 Placa.....: OFF 2809  
 Chassi.....: 93XPNK740BCB76158  
 Data do acidente.: 15/11/2016

Local e data: \_\_\_\_\_



X Antonio Abimar, Buriti Junior  
 Assinatura do Declarante Proprietário  
**(Assinar e Reconhecer a Firma por autenticidade)**

X André Amador de S. B. R.  
 Assinatura do **CONDUTOR** (quando a vítima for carona)  
**(Assinar e Reconhecer a Firma por autenticidade)**





## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JAELSON SIRINO DE OLIVEIRA,

RG nº 3.940.083, data de expedição 03/02/2011,

Órgão SSD/PB, CPF nº 109.958.644-19, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA PROJETADA / SOARVIM VITÓRIO</u>
Número	<u>S/N</u>
Aptº / Complemento	
Bairro	<u>CENTRO</u>
Cidade	<u>REMÍGIO -</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58398-000</u>
Telefone de contato	<u>(83) 996 06 0454</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Jaelson Sirino de Oliveira

Assinatura do Declarante





IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA JAEZSON SIRINO DE OLIVEIRA  
 DATA DO ACIDENTE \_\_\_\_\_ CPF DA VÍTIMA 109.858.644-19  
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO \_\_\_\_\_  
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VÍTIMA ☐ REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É JAEZSON SIRINO DE OLIVEIRA  
 ENDEREÇO DO PORTADOR RUA PROJETADA, S/N. JOAQUIM VITALINO, CENTRO  
 Nº S/N COMPLEMENTO JOAQUIM VITALINO BAIRRO CENTRO  
 CIDADE REMÍCIO UF PB CEP 58398-000  
 E-MAIL JAEZSON.SIRINO4@Gmail.com TELEFONE (83) 996060454

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☐ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- ☐ BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS. PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
- ☐ NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS. PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
- MORTE = R\$ 13.500,00
  - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
  - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
  - COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
  - PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE [WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR](http://WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR) OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA \_\_\_\_\_  
 IDENTIDADE \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA \_\_\_\_\_  
 NOME \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA \_\_\_\_\_



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação de referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Leinº 9.613/98

Pelo exposto, eu, \_\_\_\_\_,  
portador (a) do RG Nº \_\_\_\_\_, expedido por \_\_\_\_\_,  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF/CNPJ Nº \_\_\_\_\_, na qualidade de  
procurador(a)/intermediário(a) do beneficiários(a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ do sinistro de DPVAT da natureza \_\_\_\_\_  
da vítima \_\_\_\_\_,

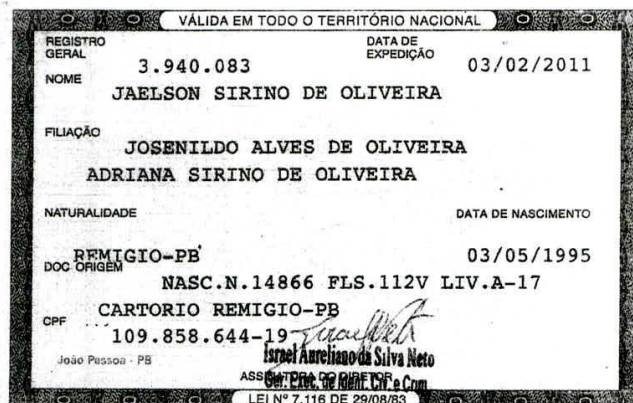
e conforme determinação da Circular SUSEP Nº 445/12, declaro as informações  
solicitadas:

Profissão: \_\_\_\_\_ Renda Mensal: R\$ \_\_\_\_\_

Documentos comprobatórios: \_\_\_\_\_

X \_\_\_\_\_  
ASSINATURA – PROCURADOR(A)/ INTERMEDIÁRIO(A)





CARTÓRIO ÚNICO DE REMÍGIO  
ESTADO DA PARAIBA  
AUTENTICAÇÃO

Autentico esta fotocópia fiel reprodução  
do original, dou fé F.m Test? MM 11  
de verdade.

Remigio 11/07/2017

Mércia Mª Scrahm dos Santos  
ESCREVENTE



SELO DIGITAL: AFT4 17026-17028  
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tpbjus.br>





ADRIANA SIRINO DE OLIVEIRA  
RUA PROJETA DA S/N JOAQUIM VITORIO - CENTRO  
REMIGIO / PB CEP: 56389000 (AG 71)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFASICO  
Rotametro: 12 - 73 - 285 - 5970  
IP medidor: 00008130122

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 54071-860  
CNPJ: 09.036.183/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.925.449  
Código para Débito Automático: 00014048290

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1404825-0**  
Canal de contato

Jan / 2017

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

19/01/2017

Data prevista da próxima leitura

18/02/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

99068870434  
Ins. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
21/12/16	5868	18/01/17	5947	

#### Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,14805	4,47
Consumo - 31 a 100kWh-BR	48	0,25552	12,26
Subsídio			17,01
ICMS			12,40
PIS			0,51
COFINS			2,37

#### LANÇAMENTOS E SERVIÇOS

CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA	4,84
JUROS DE MORA 12/2016	0,01
MULTA 12/2016	0,78
Devolução Subsídio	-17,81

#### Histórico de Consumo (kWh)

Dez/16	90
Nov/16	78
Out/16	68
Set/16	80
Ago/16	75
Jul/16	67
Jun/16	82
Mai/16	75
Abr/16	68
Mar/16	68
Fev/16	81
Jan/16	66

Média dos últimos meses: 74

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	48,82	25,00	12,40
PIS	48,82	1,0400	0,51
COFINS	48,82	4,7601	2,37

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

26/01/2017

R\$ 37,62

bd8d.ad25.4024.ad5d.2c84.a640.d926.e3ae.

#### Indicadores de Qualidade 11/2016 - Esperança

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	6,47	1,50	Serviço de Dist. da Energia/PB	8,36	16,87
DIC TRIMESTRAL	12,94		Compra de Energia	7,44	18,78
DIC ANUAL	25,89		Serviço de Transmissão	0,44	1,17
FIC MENSAL	3,42	2,00	Encargos Setoriais	2,50	8,85
FIC TRIMESTRAL	6,85		Impostos Diretos e Encargos	20,89	55,53
FIC ANUAL	13,70		Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	3,80	1,35			
DICRI	12,22				

Valor de EUSD (Ref. 11/2016) R\$0,45

#### ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um valor de R\$17,81







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO E DA SEGURANÇA SOCIAL  
12ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE AREIA  
RUA AURÉLIO DE FIGUEIREDO, 1030 - JUSSARA - AREIA/PB - 583970-00

OCORRÊNCIA Nº.: 109/2017

**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrência Policial deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº. 109 registrada em 10/03/2017, que a passo a transcrever na íntegra: Aos 10/03/2017, nesta cidade de Areia, Estado da Paraíba, no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE AREIA-PB, quando encontrava-se presente o(a) Bel(a) SYMONE ROSEMBERG LACET, Delegado(a) de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 09:59:17 horas, compareceu o Sr(a) Jaelson Sirino de Oliveira, nascido(a) em 03/05/1995, filho(a) de JOSENILDO ALVES DE OLIVEIRA e ADRIANA SIRINO DE OLIVEIRA, nacionalidade BRASILEIRO(A), natural de REMÍGIO, SOLTEIRO(A), escolaridade MÉDIO COMPLETO, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade nº. 3.940.083, expedido pela SSP-PB, com CPF 109.858.644-19, residente a(ao) RUA JOAQUIM VITÓRIO TORRES Nº169, CENTRO, na cidade de REMÍGIO-PB, telefone 83996060454.

**Declarou que:**

*Que na data do dia 15 de novembro de 2016 vinha trafegando em um automóvel, na poltrona do "carona", sentido cidade de Areia a cidade de Remígio pela PB 079, quando o motorista perdeu o controle do carro e capotou o mesmo; Que no acidente o declarante sofreu uma pancada na cabeça, outra no braço além de escoriações pelo corpo; Que o declarante foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital de Trauma de Campina Grande; Que o automóvel que o declarante vinha era uma Caminhonete aberta MMC/L200 OUTDOOR, ano/modelo: 2011/2011, de cor preta, PLACA: OFF 2809/PB, CHASSI: 93XPNK740BCB76158, CODIGO RENAVAL: 00384224741, tendo como proprietário ANTÔNIO ABIMAR BURITI JUNIOR;. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de ter lido e achado conforme, expresse a presente Certidão. O referido é verdade e dou fé.*

**AREIA/PB, 10 de março de 2017**

Jaelson Sirino de Oliveira  
Jaelson SIRINO DE OLIVEIRA  
Declarante

CLÊNIO DA SILVA SANTOS- AD HOC  
Escrivão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.150



*Jaelson Sirino de Oliveira*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

DATA DE EXPEDIÇÃO

3.940.083

03/02/2011

NOME

JAELOSON SIRINO DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO

JOSENILDO ALVES DE OLIVEIRA

ADRIANA SIRINO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

REMIGIO-PB

03/05/1995

DOC. ORIGEM

NASC.N.14866 FLS.112V LIV.A-17

CARTORIO REMIGIO-PB

CPF

109.858.644-19

João Pessoa - PB

Assinado eletronicamente por: TATIANE DE ARAUJO SILVA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





ADRIANA SIRINO DE OLIVEIRA  
RUA PROJETADA, S/N / JOAQUIM VITORIO - CENTRO  
REMIGIO / PB CEP: 58389-000 (AG 71)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO B-230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 58071-680  
Roteiro: 12 - 73 - 285 - 5970 Referência: Jan / 2017 CNPJ 09.095.183/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0  
Nº medidor: 00008130122 Emissão: 19/01/2017

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.925.449  
Código para Débito Automático: 00014048250

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1404825-0**

Canal de contato

Jan / 2017

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei  
nº 10.438, de 26 de abril de 2002

19/01/2017

Data prevista da  
próxima leitura

16/02/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

9606870434  
Insc. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
21/12/16	5969	19/01/17	5947	
			1	78
				29

**Demonstrativo**

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,14905	4,47
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	48	0,25552	12,26
Subsídio			
ICMS			17,01
PIS			12,40
COFINS			0,51
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			2,37
CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA			
JUROS DE MORA 12/2016			4,84
MULTA 12/2016			0,01
Devolução Subsídio			0,76
			-17,81

**Histórico de Consumo  
(kWh)**

Dez/16	80
Nov/16	78
Out/16	86
Set/16	80
Ago/16	75
Jul/16	67
Jun/16	62
Mai/16	78
Abr/16	86
Mar/16	59
Fev/16	81
Jan/16	86

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	49,82	25,00	12,40
PIS	49,82	1,0400	0,51
COFINS	49,82	4,7801	2,37

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

Média dos últimos meses  
74

26/01/2017

R\$ 37,62

bd8d.ad25.4024.ad5d.2c84.a640.d926.e3ae.

**Indicadores de Qualidade 11/2016 - Esperança**

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,47	1,50
DIC TRIMESTRAL	12,94	
DIC ANUAL	25,89	
FIC MENSAL	3,42	2,00
FIC TRIMESTRAL	8,95	
FIC ANUAL	13,70	
DMIC	3,60	1,35
DICRI	12,22	

**ATENÇÃO**

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um valor de R\$17,81

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	8,35	18,87
Compra de Energia	7,44	19,78
Serviço de Transmissão	0,44	1,17
Encargos Setoriais	2,50	6,65
Impostos Diretos e Encargos	20,89	55,53
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	37,52	100,00

Valor do EUSD (Ref. 11/2016) R\$9,45



fortuna C. de Oliveira

> orof

Ciprofloxacino

500mg - 14h

Deveser -

de 12h até 12h  
 07 dia.

Marcelle Elias R. de Oliveira

MÉDICA

CRM - 1711 - PB

ASSINATURA DO MÉDICO E CARIMBO

DATA: 12/11/16.

O RETORNAR AO MÉDICO, TRAZER ESTA RECEITA



**GOVERNO DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
 HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
 DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
**PRONTO ATENDIMENTO EMERGENCIAL DE SAÚDE**  
 RUA DR. LUIZ BRONZEADO, S/N  
 CENTRO - REMÍGIO - PB

Jackson Silvio de Oliveira

ATO 012

Jackson Cirino

R<sub>x</sub> *Medicinal*  
 Ibuprofeno 600 — 06cps  
 Tomar 1cp B/Q  
 (3x/dia)

① Paracetamol 100mg — 01cp  
 01 cp 12h - 6 dias

*[Handwritten signature]*

Dr. Alexandre Mariño  
 MÉDICO  
 CRM - PB 9295

ASSINATURA DO MÉDICO E CARIMBO

DATA: 16/11/16

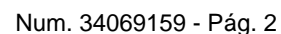
AO RETORNAR AO MÉDICO, TRAZER ESTA RECEITA

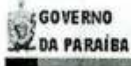
MOD. 001

16, 11, 16  
 Data

Alexandre Mariño  
 CRM - PB 9295  
 Médico



[illegible]



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Paciente: JAEISON CIORINO DE OLIVEIRA

Data do Exame: 15/11/2016

Exame: Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical

**Indicação:** Paciente com politrauma e dor cervical.

**Técnica:** Os cortes tomográficos computadorizados foram obtidos interessando o segmento cervical.

**Análise:**

- Eixo cervical preservado.
- Não há sinais de fraturas ou luxações nos corpos vertebrais avaliados.
- Corpos vertebrais de altura e alinhamento posterior preservados.
- Lâminas e pedículos de aspecto normal. Facetas articulares conservadas.
- Discos intervertebrais com forma e densidade habituais.
- Saco dural e seu conteúdo de aspecto normal.
- Canal raqueano de configuração e dimensões normais em todos os segmentos estudados, sem lesões expansivas detectáveis em seu interior.

Dr. Arthur José Ventura da Nobrega  
CRM/PB: 6481





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES  
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE:	JAEISON CIRINO DE OLIVEIRA
DATA DO EXAME:	15/11/2016

#### ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"

##### METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico multifrequencial.

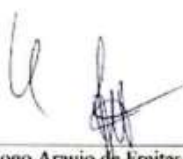
##### ANÁLISE:

**Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.**

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, rins ou bexiga identificáveis ao método.

Adicionalmente, observo sinais de nefrolitíase à direita.

Observação: Ressaltamos a baixa sensibilidade da ultrassonografia na detecção de lesões em órgãos sólidos e vísceras ocas.

  
Dr. Diogo Araujo de Freitas  
Médico Radiologista  
CRM-PB: 7195





Ficha de Acolhimento

21 anos

Nome: <u>Jackson Lourenço de Oliveira</u>	Bairro: <u>Parque</u>
End: _____	Documento de Identificação: _____
Data de Nascimento: _____	Data do Atend.: <u>15-11-16</u> Hora: <u>15:00</u> Documento: _____
Queixa: <u>Capoturno</u>	Acidente de trabalho? ( ) Sim ( ) Não

Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fâceis de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória: _____	Frequência cardíaca: _____
Pressão arterial: _____	Temperatura axilar: _____
Dosagem de HGT: _____	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Palida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

Estratificação

MDG 112

*Muga*

- ( ) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

- ( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

SECRETARIA DE SAÚDE  
COORDENADORIA  
DE ENFERMAGEM

*[Assinatura]*

Assinatura e carimbo do profissional



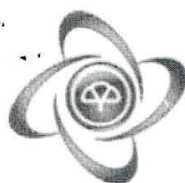
Num. 34069159 - Pág. 6



GOVERNO DA PARAIBA		SECRETARIA DE SAÚDE																																					
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL																																					
UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO		CNPJ 08-778.268/0001-60																																					
Código da Unidade: 0023671		Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES																																					
Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS		Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAIBA UF: 25																																					
DADOS DO PACIENTE																																							
PRONTUÁRIO Nº: 1343284																																							
Nome: LAELSON CORRÊA DE OLIVEIRA	Sexo: MASCULINO	Documento: SEM DOCUMENTO																																					
Profissão: SOCORRISTA	Estado: RJ	Cidade: CENTRO																																					
Ent.: SEM RESPONSABILIDADE	Município: REMÍCIO	Código do Município: 25-272																																					
Data Atendimento: 15/11/2018	DTA NASCIMENTO: 15/11/1978	QUERXAS: CAROTIDIANO																																					
MECANISMOS DO TRAUMA																																							
LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)																																							
		<table border="1"> <tr> <td>1. Abrasão</td> <td>19. Fratura do osso fechado</td> </tr> <tr> <td>2. Amputação</td> <td>20. Fratura do osso aberto</td> </tr> <tr> <td>3. Anel</td> <td>21. Hematoma</td> </tr> <tr> <td>4. Contusão</td> <td>22. Improntamento venoso</td> </tr> <tr> <td>5. Crepitação</td> <td>23. Laceração</td> </tr> <tr> <td>6. Dor</td> <td>24. Lesão tendinea</td> </tr> <tr> <td>7. Edema</td> <td>25. Luxação</td> </tr> <tr> <td>8. Equilíbrio</td> <td>26. Mordedura</td> </tr> <tr> <td>9. Exatidão</td> <td>27. Movimento torácico paradoxal</td> </tr> <tr> <td>10. Exatidão</td> <td>28. Objeto enfiado</td> </tr> <tr> <td>11. Exatidão</td> <td>29. Otorragia</td> </tr> <tr> <td>12. F. Área branca</td> <td>30. Paralisia</td> </tr> <tr> <td>13. F. Área de fogo</td> <td>31. Paralisia</td> </tr> <tr> <td>14. F. Contusão</td> <td>32. Paralisia</td> </tr> <tr> <td>15. F. Contusão</td> <td>33. Paralisia</td> </tr> <tr> <td>16. F. Contusão</td> <td>34. Paralisia</td> </tr> <tr> <td>17. F. Contusão</td> <td>35. Paralisia</td> </tr> <tr> <td>18. F. Contusão</td> <td>36. Paralisia</td> </tr> </table>		1. Abrasão	19. Fratura do osso fechado	2. Amputação	20. Fratura do osso aberto	3. Anel	21. Hematoma	4. Contusão	22. Improntamento venoso	5. Crepitação	23. Laceração	6. Dor	24. Lesão tendinea	7. Edema	25. Luxação	8. Equilíbrio	26. Mordedura	9. Exatidão	27. Movimento torácico paradoxal	10. Exatidão	28. Objeto enfiado	11. Exatidão	29. Otorragia	12. F. Área branca	30. Paralisia	13. F. Área de fogo	31. Paralisia	14. F. Contusão	32. Paralisia	15. F. Contusão	33. Paralisia	16. F. Contusão	34. Paralisia	17. F. Contusão	35. Paralisia	18. F. Contusão	36. Paralisia
1. Abrasão	19. Fratura do osso fechado																																						
2. Amputação	20. Fratura do osso aberto																																						
3. Anel	21. Hematoma																																						
4. Contusão	22. Improntamento venoso																																						
5. Crepitação	23. Laceração																																						
6. Dor	24. Lesão tendinea																																						
7. Edema	25. Luxação																																						
8. Equilíbrio	26. Mordedura																																						
9. Exatidão	27. Movimento torácico paradoxal																																						
10. Exatidão	28. Objeto enfiado																																						
11. Exatidão	29. Otorragia																																						
12. F. Área branca	30. Paralisia																																						
13. F. Área de fogo	31. Paralisia																																						
14. F. Contusão	32. Paralisia																																						
15. F. Contusão	33. Paralisia																																						
16. F. Contusão	34. Paralisia																																						
17. F. Contusão	35. Paralisia																																						
18. F. Contusão	36. Paralisia																																						
OBS:																																							
QUERXAS: Resposta corporal local 0 Grau: 0 1º grau: 0 2º grau: 0 3º grau: 0																																							
DIAGNÓSTICO / CID: Pol. traumática																																							
EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS																																							
Vital com Batimento de 70 bpm, PA 120/80 mmHg, FC 70 bpm, SatO2 98% em ar ambiente. Exame físico: sem alterações. Exame de carótida: sem alterações. Exame de pulmão: sem alterações. Exame de abdome: sem alterações. Exame de membros superiores: sem alterações. Exame de membros inferiores: sem alterações. Exame de pele: sem alterações. Exame de olhos: sem alterações. Exame de ouvidos: sem alterações. Exame de nariz: sem alterações. Exame de boca: sem alterações. Exame de garganta: sem alterações. Exame de pescoço: sem alterações. Exame de tórax: sem alterações. Exame de abdome: sem alterações. Exame de pelve: sem alterações. Exame de genitais: sem alterações. Exame de ânus: sem alterações. Exame de reto: sem alterações. Exame de intestino: sem alterações. Exame de estômago: sem alterações. Exame de fígado: sem alterações. Exame de baço: sem alterações. Exame de pâncreas: sem alterações. Exame de vesícula: sem alterações. Exame de bexiga: sem alterações. Exame de ureteres: sem alterações. Exame de rins: sem alterações. Exame de adrenal: sem alterações. Exame de tireoide: sem alterações. Exame de glândula pituitária: sem alterações. Exame de hipófise: sem alterações. Exame de hipófise anterior: sem alterações. Exame de hipófise posterior: sem alterações. Exame de hipófise intermediária: sem alterações. Exame de hipófise lateral: sem alterações. Exame de hipófise medial: sem alterações. Exame de hipófise ventral: sem alterações. Exame de hipófise dorsal: sem alterações. Exame de hipófise superior: sem alterações. Exame de hipófise inferior: sem alterações. Exame de hipófise anterior: sem alterações. Exame de hipófise posterior: sem alterações. Exame de hipófise intermediária: sem alterações. Exame de hipófise lateral: sem alterações. Exame de hipófise medial: sem alterações. Exame de hipófise ventral: sem alterações. Exame de hipófise dorsal: sem alterações. Exame de hipófise superior: sem alterações. Exame de hipófise inferior: sem alterações.																																							
EXAMES SOLICITADOS:																																							
<table border="1"> <tr> <td>( ) Laboratório</td> <td>( ) Ultrassonografia</td> </tr> <tr> <td>( ) Gaseometria arterial</td> <td>( ) Radiografia</td> </tr> <tr> <td>( ) Tomografia Computadorizada</td> <td></td> </tr> </table>				( ) Laboratório	( ) Ultrassonografia	( ) Gaseometria arterial	( ) Radiografia	( ) Tomografia Computadorizada																															
( ) Laboratório	( ) Ultrassonografia																																						
( ) Gaseometria arterial	( ) Radiografia																																						
( ) Tomografia Computadorizada																																							
SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:																																							
Especialista: _____ Dia: ____/____/____																																							
Especialista: _____ Dia: ____/____/____																																							
MÉDICO SOLICITANTE:																																							
PROCEDIMENTOS REALIZADOS:																																							
<table border="1"> <tr> <th>PRESCRIÇÕES E CONDIÇÕES</th> <th>HORARIO REALIZADO</th> </tr> <tr> <td>1. SBL - 2000 - 0 - OK</td> <td>15:15 h</td> </tr> <tr> <td>2. T. B. L. 6000 - 0 - OK</td> <td>15:15 h</td> </tr> <tr> <td>3. T. B. L. 6000 - 0 - OK</td> <td>15:15 h</td> </tr> <tr> <td>4. S. E. 500 - 0 - OK</td> <td>15:15 h</td> </tr> <tr> <td>5. T. B. L. 6000 - 0 - OK</td> <td>15:15 h</td> </tr> <tr> <td>6. T. B. L. 6000 - 0 - OK</td> <td>15:15 h</td> </tr> </table>				PRESCRIÇÕES E CONDIÇÕES	HORARIO REALIZADO	1. SBL - 2000 - 0 - OK	15:15 h	2. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h	3. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h	4. S. E. 500 - 0 - OK	15:15 h	5. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h	6. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h																						
PRESCRIÇÕES E CONDIÇÕES	HORARIO REALIZADO																																						
1. SBL - 2000 - 0 - OK	15:15 h																																						
2. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h																																						
3. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h																																						
4. S. E. 500 - 0 - OK	15:15 h																																						
5. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h																																						
6. T. B. L. 6000 - 0 - OK	15:15 h																																						
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO																																							








**CONEXÃO COMERCIAL MAPFRE**  
PRODUTIVIDADE NUM CLICK

## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA REGULAÇÃO DPVAT

Tipo de Processo <input checked="" type="radio"/> Processo Novo <input type="radio"/> Documentos Complementares		Atendente <b>ADRIANA LACERDA NOGUEIRA</b>	
Tipo de Sinistro Invalidiz Permanente/Total		Agência <b>SUCURSAL CAMPINA GRANDE</b>	
Nome do Requerente <b>EDUARDO LIMA DA SILVA</b>		Nome da Vítima <b>JAELSON SIRINO DE OLIVEIRA</b>	CPF da Vítima <b>10985864419</b>
Documentos Complementares			
<input checked="" type="checkbox"/> Identidade / Cert de Nasc / CTPS da Vítima		<input type="checkbox"/> Identidade / Cert de Nasc / CTPS do Beneficiário	
<input checked="" type="checkbox"/> CPF da Vítima		<input type="checkbox"/> CPF do Benef ou no caso de seus Rep Legais	
<input checked="" type="checkbox"/> DUT ou Bilhete de Seguro envolva Ônibus		<input type="checkbox"/> Proc Ori e Especifica p/ recto. do Seguro DPVAT	
<input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência Policial		<input checked="" type="checkbox"/> Comprovante de Residência do Requerente	
<input checked="" type="checkbox"/> Identidade / CPF do Procurador		<input checked="" type="checkbox"/> Comprovante de Residência do Procurador	
Morte	Invalidiz Permanente	DAMS	
<input type="checkbox"/> Certidão de Óbito ( <b>Cópia autenticada</b> )	<input type="checkbox"/> Laudo do IML com Alta Definitiva <b>Cópia autenticada</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração do Primeiro Atendimento Hospitalar	
<input type="checkbox"/> Laudo do Exame Cadavérico		<input checked="" type="checkbox"/> Relatório Médico	
ESPOSO(A)		<input type="checkbox"/> Comproventes das Despesas Médico-Hospitalares (originais e quitados)	
( <b>Cópia autenticada</b> )		<input type="checkbox"/> Notas Fiscais de Farmácias acompanhadas das respectivas Receitas (originais e quitadas)	
<input type="checkbox"/> Certidão de Casamento Atualizada ( <b>Cópia autenticada</b> )	Outros Doctos. Entregues e Observações	<input type="checkbox"/> Termo de Anuência em casos de Despesas pagas por Terceiros	
<input checked="" type="checkbox"/> Autorização de Pagamento	<b>Declaração de ausência de laudo do IML</b>		
<input type="checkbox"/> Prova de Companheirismo junto ao INSS			
<input type="checkbox"/> Declaração de Dependentes na Rec.Fed.			
<input type="checkbox"/> Prova de Dependência na CTPS			
<input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento ou Casamento			
<input type="checkbox"/> Declaração de Únicos Herdeiros			
<input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento			
<input type="checkbox"/> Certidão de Óbito dos Genitores			
<input type="checkbox"/> Alvará Judicial			

  
0124858

**Informação:** Os documentos abaixo relacionados estão pendentes, ficando o prazo de pagamento do sinistro suspenso até a complementação do processo

### Documentos Básicos:

- Identidade / Cert de Nasc / CTPS da Vítima
- Identidade / Cert de Nasc / CTPS do Beneficiário
- CPF da Vítima
- CPF do Benef ou no caso de seus Rep Legais
- DUT ou Bilhete de Seguro envolva Ônibus
- Proc Ori e Especifica p/ recto. do Seguro DPVAT
- Boletim de Ocorrência Policial Cópia autenticada
- Comprovante de Residência do Requerente
- Identidade / CPF do Procurador

<http://conexaocomercial.mapfre.com.br/DPVAT/impressaoDPVAT.aspx?Protocolo=0...> 02/08/2017





(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3170437551 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** JAELOSON SIRINO DE OLIVEIRA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A #624**BENEFICIÁRIO** JAELOSON SIRINO DE OLIVEIRA**CPF/CNPJ:** 10985864419**Posição em 13-09-2017 15:38:19**

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Declaração Circular SUSEP 445/12	Beneficiário	Pendente	EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO

## ACESSIBILIDADE

</Pages/Acessibilidade.aspx></Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>

A A A O

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documento Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.940.083 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/02/2011

NOME JAELSON SIRINO DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO JOSENEIRO ALVES DE OLIVEIRA  
ADRIANA SIRINO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 03/05/1995

REMIGIO-PB DOG ORIGEM NASC.N. 14966 PLS. 112V LIV.A-17

CPF CARTORIO REMIGIO-PB 109.858.644-19

João Pessoa - PB ASS. Israel Ameliano da Silva Neto

LEI N° 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA P.150

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



*Jaelson Sirino de Oliveira*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



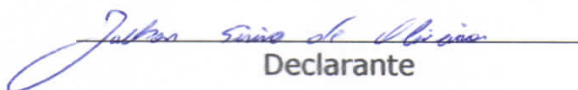
### **DECLARAÇÃO DE POBREZA**

**DECLARANTE: JELSON SIRINO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 3.940.083 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.858.644-19, residente e domiciliado na Rua Joaquim Vitorio, nº 169, Remígio/PB, fone (83) 996565578.

DECLARO com base no Artigo 98 do Novo CPC, que: "sou pobre perante a Lei, e não dispondo de condições econômicas suficientes para arcar com custas e despesas processuais, sem que venha a causar danos ao sustento próprio e de minha família."

DECLARO, ainda, ser conhecedora das sanções civis, administrativas e penais a que estarei sujeita caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Remígio, 31 de agosto de 2020.

  
Declarante



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
MANDATO JUDICIAL**

**MANDANTE:** **JAEISON SIRINO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 3.940.083 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.858.644-19, residente e domiciliado na Rua Joaquim Vitorio, nº 169, Remígio/PB, fone (83) 996565578.

**MANDATÁRIO:** **EDUARDO DE LIMA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito regularmente nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Paraíba, sob o nº 17.980, **TATIANE DE ARAÚJO SILVA LIMA**, brasileira, casada, advogada, inscrita regularmente nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Paraíba, sob o nº 26.259 com escritório profissional na Rua Bento Vitorio, nº 123, Centro, Remígio/PB, CEP: 58398-000, onde receberá as comunicações dos atos processuais.

**OUTORGA:** Poderes para o **FORO** em geral, aqueles especificados no art. 105 do Código de Processo Civil, para fé dos seus graus atuar em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito, as competentes ações ou a defende-lo nas adversas, seguindo uma e outras até final decisão, usando recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber, dar quitação, agindo conjuntamente, podendo substabelecerem no presente mandato, com ou sem reservas de poderes.

Remígio, 06 de Setembro de 2020.

  
**MANDANTE**







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Remígio**

0800638-07.2020.8.15.0551

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a AJG.

Em observância às medidas preventivas de contágio à COVID-19 (CORONAVÍRUS), deixo de designar a audiência prevista no artigo 334 do CPC, sem prejuízo da oportuna solução consensual do conflito.

1) Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 183, NCPC, devendo advertir-se, ainda, que caso considere possível conciliar, deve a resposta conter tal informação, para análise quanto a necessidade de designação de audiência.

2) Uma vez juntada contestação, intime-se a parte autora, via patrono, para apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

3) Decorrido o prazo, com ou sem impugnação, intem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, de forma objetiva e fundamentada, no prazo de 05 (cinco) dias, apontando os pontos contraditórios e controvertidos, sob pena de preclusão, ou requererem o julgamento antecipado da lide.

Cumpra-se.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

Juliana Dantas de Almeida



Juíza de Direito

